RESUMO/TRABALHO COMPLETO - APRESENTAÇÃO ORAL - EIXO 2: (GEO)POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE, GESTÃO DE RECURSOS E SUSTENTABILIDADES

USOS MÚLTIPLOS DOS RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS NO SUL DO PARQUE NACIONAL MAPINGUARI

Tatiane Rodrigues Lima (lima.tatiane@gmail.com)

Maria Madalena De Aguiar Cavalcante (mada@unir.br)

Guilherme Rabelo Brunoro (rabelogeografia@gmail.com)

O artigo traz como discussão, as dinâmicas de gestão dos territórios protegidos na região de fronteira entre o sul do Amazonas e norte de Rondônia, cujas políticas de conservação e desenvolvimento na Amazônia sul ocidental, fomentaram a criação do Parque Nacional Mapinguari com o objetivo de fortalecer a política de ordenamento territorial frente ao arco do desmatamento. Sua categoria de proteção integral trouxe repercussão nos modos de uso e ocupação local e influenciou na dinâmica dos aspectos socioambientais quanto ao uso dos recursos naturais. Neste contexto, o artigo objetiva analisar a dinâmica dos usos múltiplos dos recursos naturais na região sul do território do Parque Nacional Mapinguari, sob influência do Rio Madeira e dos grandes empreendimentos de infraestrutura como as Hidrelétricas de Sto. Antônio e Jirau e a Rodovia Federal BR 364. A metodologia foi construída a partir da análise geográfica multiescalar sobre o território, de Rambo e Filippi (2014), ao considerar o impacto de criação desta unidade de conservação como ação de ordenamento territorial, a qual repercutiu na reconfiguração dos usos múltiplos dos recursos naturais. Para consolidar esta análise, foram utilizadas fontes

oficiais de dados secundários a partir de consulta às referências normativos de criação e implementação desta unidade, bem como documentos públicos de gestão e registros da formação e atuação do conselho gestor. Como resultado, observa-se que a área em estudo se apresenta atualmente, como propõe Rabello (2013), como uma fronteira dinâmica, volátil e em movimento sob ação de vetores de ameaças e pressões dos grandes empreendimentos instalados e em planejamento para a região, e da política de uso e ocupação voltada ao agronegócio (SILVA, COSTA SILVA e LIMA, 2019). O Parque Nacional Mapinguari apresenta quatro alvos de conservação na região sul sob influência do Rio Madeira e empreendimentos de infraestrutura, sendo: Floresta de Terra Firme; Espécies Caçadas; Ambientes Aquáticos e Serras (gradiente vertical). Sobre estes alvos, o Parque apresenta os seguintes usos múltiplos mapeados e respectivos atores relacionados, considerando para tal cenário, o que Raffestin (1993) apresentava como usos em macro dimensões não exclusivos ao Estado: Pesca (pescadores que atuam no Rio Madeira, dentro da área de influência das UHE's e tributários da margem esquerda em sobreposição ao Parque); Mineração (garimpeiros que atuam na mineração de ouro no Rio Madeira dentro da área de influência das UHE's e margem esquerda do rio em sobreposição ao Parque, bem como na extração de cassiterita sobre um polígono delimitado); Áreas de posse (posseiros e/ou produtores rurais (praticam o desflorestamento a "corte raso" para finalidade especulativa e pecuária); Extração predatória e ilegal de madeira (setor madeireiro tradicional com atuação na gleba Curuquetê sob influência do Distrito de Vista Alegre do Abunã), Reservatórios hidroelétricos (inundação de áreas florestadas para manutenção dos reservatórios e zonas de remanso das usinas hidroelétricas de Sto. Antônio e Jirau, que se utilizam de parte do território do parque para alimentar o potencial hídrico para fins de geração de energia). Extrativismo (extrativistas de produtos não-madeireiros como castanha e açaí, cuja atividade tem perfil sazonal e itinerante). Os impactos ambientais associados direta ou indiretamente à prática destas atividades no interior do Parque estão referenciados pela ocorrência de: incêndios; degradação da qualidade da água e erosão fluvial pelo efeito da mineração (ouro e cassiterita); pressão sobre espécies cinegéticas pelo efeito da caça predatória; redução da cobertura florestal nativa pelo efeito da conversão do uso do solo para pastagem e especulação; pressão a partir da pesca predatória sobre o estoque pesqueiro; áreas florestadas danificadas sob efeito da inundação periódica dos reservatórios das UHE's; Pressão sobre a reserva e riqueza de espécies madeireiras sob extração irregular e predatória. Diante do cenário apresentado,

observa-se que a criação do Parque Nacional Mapinguari enquanto categoria de proteção integral, pretendeu favorecer a proteção dos recursos naturais nesta porção da Amazônia, no entanto, esta mesma categoria gerou impacto no modo de vida tradicional local, especialmente quanto a restrição de livre acesso as comunidades tradicionais de pescadores e extrativistas. Nota-se que os atores sociais de maior vulnerabilidade acabam por ser amplamente impactados pelos intersecção das diferentes ações de desenvolvimento socioambiental na região. Neste contexto, considera-se que as unidades de conservação de proteção integral, tornam-se territórios de frágil manutenção da governança, sob dificuldade para implementação das políticas públicas ambientais. Caso do Parque Nacional Mapinguari, o qual se mostra em constante ameaça do ponto de vista de sua integridade territorial e efetividade de gestão.